

Cidadania e o Homem: construção de uma sociedade integrativa

Carlos Luiz Cerqueira Junior

CEAA - Centro de Estudos em Antropologia Aplicada - Porto Portugal

carlosluizjr@terra.com.br

Nos últimos anos a economia mundial tem sofrido mudanças importantes. Fusões, aquisições e alianças estratégicas têm se multiplicado. Parte considerável destas mudanças relaciona-se com profundas alterações nos sistemas de valores de todos os segmentos sociais. A busca da competitividade relaciona-se cada vez mais com a busca do ótimo sistêmico das fronteiras da cidadania. Neste contexto, as ciências humanas ganham nova dimensão, envolvendo a integração de todas as atividades ao longo cadeia de valores sociais, éticos, jurídicos e comunitários.

In the last years the world economy has been changing deeply. Fusions, acquisitions and strategic alliances are multiplying everywhere. Most of these changes are related with deep modifications in the value systems, affecting all society. The search for competitiveness is more and more concerned with the search for the optimal systemic beyond citizenship frontiers. Within this context, the human sciences gains a new dimension, encompassing the integration of all activities related to the social value system, ethical, juridique and with your community.

Palavras-chave: Antropologia, Antropologia Jurídica, Cidadania, Imigração, sociedade.

Introdução

Pertinente aos imigrantes brasileiros em Portugal, importante traçar-se panorama deste indivíduo pertencente a este coletivo com o intuito de se proteger com políticas públicas efetivas a devida integração na sociedade que o acolhe sob vários enfoques, em especial ao que tange a função desempenhada por este cidadão no mercado laboral.

De início a figura do imigrante encontrava-se relacionada à figura de trabalhador. Existia, para tanto, a convicção de que voltaria ao seu país de origem uma vez que sua atividade laboral se findasse. Por este motivo, a sociedade que o acolhia não solicitava a adesão a seus valores, não integrando de forma plena e efetiva aquele ser humano oriundo

de outra cultura, que invariavelmente desenvolvia atividades para aquela comunidade receptora.

Este primeiro grupo que emigra era, fundamentalmente, reduzido e heterogêneo. Todavia, desde o momento que sua permanência no país recorrido, em particular ao nosso estudo Portugal, vai se convertendo em definitiva.

Assim, deseja-se demonstrar o perfil do imigrante brasileiro em terras portuguesas, assim como delinear seu estado cidadão, seus modos e seus projetos de inserção nesta comunidade tão parecida e ao mesmo tempo tão distante dos hábitos imigrantes, encontrando respostas para o dilema hoje vivenciado na antropologia jurídica, qual seja, a aceitação do outro sob o olhar justo, equânime e legal do Estado e da sociedade acolhedora.

I. A Cidadania, o Estrangeiro e sua Política de Integração

Diante do panorama atual, onde se inclui a discussão da ciência em proveito do desenvolvimento social e humanitário, imprescindível saber o efetivo conceito da importância do ser humano, enquanto fator propulsor de desenvolvimento local, interagindo com a sua comunidade no intuito claro de trazer-lhe melhoras e benfeitorias, traduzindo a função social e política do homem – a esta função se atribui o caráter necessário da delimitação da importância da cidadania como fonte primária desta pretendida estabilidade a que o homem pretende e deseja.

Diante de tais fatos, e sobretudo da discussão acerca da cidadania, da nacionalidade e do estrangeiro, imprescindível situarmos a questão relativa à política migratória travada entre Portugal e Brasil nos últimos anos, em especial àquela migração evidenciada no sentido sul-norte, ou seja, Brasil-Portugal, cujos factores sociais, económicos e financeiras não esgotam a pluralidade de motivos propulsores do evento migratório.

Nas sociedades modernas tem-se obtido relevo a questão associada aos fluxos migratórios da humanidade, aos quais se refere como transição *migratória histórica* à *demográfica económica*. Esses fluxos têm-se alterado em dimensão e direção de acordo com as fases de transição económicas, relacionando os factores endógenos do país de origem em face da perspectiva de construção de vida digna e construtiva.

O aparente paradoxo dos fluxos migratórios mais recentes, aqueles na direção Sul-Norte, através dos quais quase um milhão e meio de pessoas (IBGE:2004) estão chegando anualmente à Europa e América do Norte, apresenta-se por fator determinante o aspecto social e econômico, cujo contexto de crise de estrutural nos países de destino impulsiona à procura por outras culturas.

Acerca dos assuntos, diversos estudos foram realizados em Portugal e em Brasil, sempre em busca de melhor avaliar as correntes migratórias firmadas entre os dois países; leva-se em consideração a clara aparência de culturas, língua e identidade antropológica referente ao caminho sul-norte, cabendo ao país receptor (Portugal) analisar as questões pertinentes ao grau de escolaridade, região escolhida para fixar residências e outros critérios de aderência do imigrante. Tais estudos deram início na década de 40 (quarenta) quando se efetivou a corrente migratória a Europa, em face dos acontecimentos políticos e sociais à época evidenciados.

Após o advento da II Guerra Mundial, a ruptura do conjunto econômico-social na Europa estimulou a imigração de mão-de-obra menos qualificada, corroborada pela falta de perspectiva de desenvolvimento sustentável nos países de emigração, notadamente o Brasil, cujo país submergia em profunda crise política junto ao uma falta de perspectiva de crescimento sócio-econômico.

A isto se deu pelo fato da crescente isenção estatal em desenvolver políticas determinadas de identidade cultural e social do seu povo, permitindo a aproximação cada vez mais freqüente da cultura local com o estrangeiro, muitas vezes opondo-se aquela a esta, demonstrando determinado enfraquecimento da conjuntura educacional interna brasileira; se não poderia o estado criar e sustentar vias de acesso à manutenção da ordem interna, com políticas de identidade cultural, outros recursos não restaram aos cidadãos senão buscar no estrangeiro à sustentação financeira, social e educacional em franco declínio no país.

Diante deste cenário, o Brasil ingressa no circuito das migrações internacionais. Observa-se, portanto, uma política dualista, qual seja, a procura de profissionais cuja qualificação se amolda aos padrões internacionais, em busca de atividades acadêmicas enriquecedoras, justificando a imigração sempre temporária, ao passo que evidenciamos a

procura especial por Portugal pelos menos qualificados, em face da semelhança de cultura, língua e costumes colonizadores.

Passados alguns anos, modernamente se tem um espelho efetivo das correntes migratórias entre Brasil e Portugal, havendo clara formulação de estudos, programas e estatutos que evidenciam a esta política humanitária, não podemos deixar de citar aquelas pertinentes a OPLP (Organização dos Países de Língua Portuguesa) com significativos contributos na formação de medidas de acolhimento do colectivo imaginário desta comunidade lingüística.

A saber, em face dos constantes estudos realizados, vários foram – e ainda são – os Tratados e Acordos bilaterais chancelados entre os citados Estados, sempre em busca de equilíbrio das políticas migratórias, levando-se em consideração os diversos fatores externos que influenciam na reestruturação destes estatutos, a exemplo da própria inclusão de Portugal na União Européia, cujo efeito imediato foi o reexame das políticas bilaterais com o Brasil visando à adequação da legislação lusitana àquelas impostas pelo pacto comunitário europeu.

Todavia, embora se tenha em mente as adversidades tratadas, em especial a inclusão do cidadão e do estrangeiro frente à nova ordem mundial – a globalização e os mercados comunitários, ainda continua reflexo da irmandade cultural, racial e lingüística a migração de brasileiros para terras Portuguesas, vejamos.

Estudos recentes realizados pelos dois países demonstram duas categorias efetivas de migração; primeira, referente às pessoas sem grau de escolaridade e ou econômico satisfatório, consubstanciando a sua migração em busca de novos mercados, perspectivas laborais e inclusão social. A segunda, referente aos profissionais de formação técnica e científica, cujo interesse nos países desenvolvidos se amoldam na busca de qualificação profissional e acadêmica, mesclando seu conhecimento adquirido com a vivencia em novas culturas.

Assim, observamos a existência de dois mundos distintos e paradoxais; duas correntes diferentes, cujas causas e razões estimulantes à migração se distanciam de forma latente.

Pertinente à primeira situação, importante que se observe o cenário económico e as perspectivas sociais existentes no Brasil. Mesmo diante de situações adversas na política internacional, encontra-se o país envolvido em grave crise de inclusão social ao longo das última duas décadas, cujo afastamento das classes menos favorecidas ao acesso dos meios justos e honestos de emprego, seguridade social e saúde pública, leva o cidadão a busca de novas fronteiras, acreditando realizar em um novo país as perspectivas frustradas na sua pátria de origem.

A isso se dá em face da completa exclusão social do ser humano (do indivíduo) na realidade que o cerca no Brasil, não lhe restando alternativa senão vender de forma irresponsável a sua força de trabalho em países em troca de tratamento sério e digno as condição de cidadão.

Cabe ressaltar que nem sempre se encontra no país receptor tais políticas dignas e de recepção ao imigrante; o Estado Português em busca de novas tendências de inclusão local do imigrante tem desenvolvido políticas próprias e sérias para o enquadramento da imigração legal, buscando a inclusão menos traumática para este indivíduo na cultura local, identificando-se com o país em face da identidade lingüística. A exemplo de tais assertivas, cite-se a excelente lição oferecida pela *ACIME* – Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, cujo trabalho realizado orienta com cartilhas, palestras, centro de acolhimento e frentes próprias de trabalho e inclusão social, levando-se em conta, ademais, a política de acolhimento do imigrante sem os freqüentes questionamentos de raça, cor e escolaridade.

Estudo realizado por tal entidade revelou que os imigrantes influenciam e enriquecem a pátria portuguesa frente às questões de ordem financeira (65 mil contos investidos no país, ano base 2004), demográfica (povoamento de locais não desejados pelos habitantes locais, natos) e cultural (sociedade diversificada com perspectivas de aberturas de mercado). A nível europeu, não se pode deixar de ressaltar o papel das entidades de acolhimento aos imigrantes no esforço em fazer cumprir em território português a legislação comunitária pertinente ao reagrupamento familiar, cujo intuito é diminuir o sofrimento dos imigrantes que partem deixando sua família no Brasil.

Com efetividade a este programa, trata-se de questão humanitária de fiel recepção dos familiares, havendo o favorecimento ao imigrante legal que traga ao seio da sociedade acolhedora aqueles entes familiares (cônjuges e filhos) para a formação da entidade familiar, não mais deixando na marginalidade os agregados da imigração, contribuindo de forma clara na agregação deste ser na comunidade acolhedora.

Destarte, demonstra-se a urgente necessidade de se delinear o efetivo papel do Estado nas políticas migratórias quando se tem por objeto o imigrante sem qualificação social, cultural e ou econômica, eis que as causas de sua busca migratória e a retórica desenvolvimentista, qual seja, necessidade de se incluir em uma sociedade plural justa, que respeita as condições humanas, retribuindo-lhe com o reconhecimento prático da sua força de trabalho.

Outro fator de observação importante na consideração dos imigrantes são aqueles apontados por pesquisas recentes demonstrando a desvinculação entre os índices de violência, emprego e exercício do direito de integração entre os nacionais e os imigrantes, não havendo dessa forma qualquer vínculo e ou relação direta entre a elevação das taxas de desemprego com a corrente migratória evidenciada; é, pois, a ruptura entre desemprego, violência e usurpação de postos de trabalhos locais pelo imigrante brasileiro.

De forma distinta, encontram-se os imigrantes integrantes da segunda categoria ou gênero, quais sejam, aqueles que migram em busca de melhores condições profissionais e ou em face do melhor aproveitamento acadêmico em Portugal.

Frise-se que as condições profissionais portuguesas após a sua inclusão no mercado comum europeu se deu de forma alarmante, com a inclusão de novas perspectivas econômicas, financeiras e sociais cuja economia local alcançou níveis altíssimos, inclusive com investimentos sólidos e altos nos países em desenvolvimento; somente no Brasil encontram-se os investimentos portugueses na ordem de bilhões de euros, colocando Portugal na segunda posição de investimentos internos no Brasil nos últimos cinco anos.

Diante de tais fatos, buscam os profissionais brasileiros qualificados e ou em vias de qualificação um melhor aproveitamento desta política de investimentos e desenvolvimento econômico, desejando realizar em Portugal trabalhos de aprendizado, buscando na fonte as novas técnicas e meios científicos.

De igual sorte encontram-se os profissionais em busca de novas perspectivas acadêmicas; ai se incluem aqueles que buscam na pátria acolhedora o fortalecimento dos conhecimentos científicos e acadêmicos, em face da concentração secular de boas escolas e centro de estudo.

Com referência aos imigrantes acadêmicos, como são conhecidos nos centros de estudos migratórios, peculiar interesse têm em desenvolver técnicas de aprendizado e melhor aproveitamento das teses e conhecimentos do velho mundo, buscando a atualização profissional a ser aplicada no seu país de origem, convertendo seu conhecimento em garantias de melhores condições de empregabilidade e inclusão profissional.

Vislumbra-se que tais pessoas retornam na sua maioria ao seu país de origem, eis que a sua satisfação migratória se deu em face da necessidade em melhor aparelhar seus currículos e estudos no exterior; diametralmente oposta encontram-se aqueles outros que migram frente a necessidade de melhorar suas condições humanitárias, eis que não possuindo grau de instrução e ou condições próprias necessárias para se fazer incluir em mercado de trabalho ríspido no Brasil buscam em Portugal uma fonte de nova vida, novas perspectivas em uma pátria rica, desenvolvida e próspera, próxima dos grandes centros internacionais e integrante do maior e mais rico continente do globo, a Europa.

Posta tais questões, volta-se a se a realizar as constantes indagações acerca da urgente e necessária diretiva acerca da cidadania, do estrangeiro e do individuo. Sendo o ser humano aquele capaz de lançar-se em busca de novas perspectivas vitais; sendo o cidadão aquele ser humano que possui o exercício e gozo dos direitos civis, em face da sua inclusão na sociedade, necessário se faz a reflexão sobre a necessidade de se admitir a inclusão social, civil, econômica e laboral do estrangeiro, a exemplo da Constituição Européia que assim o deseja, exceto quanto aos direitos políticos, pois estes são inerente dos nacionais, adquiridos ou natos.

Assim, tem a comunidade de imigrantes brasileiros constituído-se naquela que mais cresceu desde o final da década de noventa até os dias atuais, consolidando-se como o grande coletivo de imigrantes que povoa o território português, inobstante a categoria que possa vir a integrar-se, ou seja, quer se enquadrem no gênero de imigrante sem a devida escolaridade ou integrante do grande sistema de inclusão social no país emigrante (Brasil),

quer sejam aqueles que buscam um aperfeiçoamento no seu grau de enriquecimento humano, buscando no país receptor (Portugal) a pátria que poderá conceder melhor perspectiva de engrandecimento intelecto-social.

Conclusão

Tais questionamentos refletem a ligação do homem como reflexo da sociedade na qual se encontrar engajado, quer como elemento de desenvolvimento social, quer na qualidade de vetor imprescindível a este desenvolvimento, posto que o retrato da democracia nestes países assolados pela falta de investimentos de base e total desrespeito ao homem e a cidadania, faz-se indagar: é fundamental diminuir a influência do estado na construção de uma nova acepção sobre as estruturas de um novo regime democrático, atendendo-se aos anseios da cidadania? Qual o retorno, ao que tange à formação de uma consciência política e social, democrática, do esforço de se alertar as novas gerações sobre tais questões que preocupam a sociedade moderna, em especial a necessidade de cobrança da atuação efetiva e proactiva do Estado e das demais Instituições em favor da formação do Homem?

Desta forma, a cidadania do imigrante somente poderá se efetivar quando o Estado reconhecer a necessidade de se desenvolver políticas públicas adequadas à inserção deste coletivo sob o prisma do reconhecimento social via inserção laboral, eis que somente a adoção de políticas adequadas ao reconhecimento da força ativa em proveito da construção da sociedade que o acolhe o cidadão imigrante poderá sentir-se fortalecido o suficiente para aceitar a integração plena, sem fazer delinear para com os seus novos compatriotas as diferenças, os diminutivos culturais e o temido choque de costumes, muitas vezes arrasadores na aceitação do coletivo ante a nova perspectiva de vida por ele sonhada ao chegar na sociedade que o acolhe.

Em conclusão, não se pode deixar de auferir que a cidadania é elemento constitutivo da sociedade devidamente instituída e legalmente formada, trazendo para o conjunto de análises da constituição de uma sociedade integrada o respeito na elaboração de políticas públicas exigíveis no plano da migração, reconhecendo o efetivo ajuste desta sociedade sob

o ângulo do imigrante que se insere na comunidade que o acolhe, assim como analisando de forma plena as políticas de acolhimento, traçando um panorama plausível na elaboração de meios reais para melhor acolher o imigrante brasileiro em Portugal, levando-se em consideração os conceitos básicos de similitude de cultura, língua e hábitos similares entre tais coletivos.

Referências Bibliográficas

ETKIN, Jorge. (1997). *La doble moral de las organizaciones. Los sistemas perversos y la corrupcion institucionalizada*. Madrid, MacGrawhill.

_____. Imigração: os mitos e os factos, *ACIME* – Alto comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, edição 2005.

MOURA, Laércio Dias. (1996). *Construindo a cidadania*. São Paulo, Makron Books e PUC – RIO.

RAMOS, Rui Manuel Gens de Moura. (1996). *Da Comunidade Internacional e do seu Direito*. Coimbra, Coimbra editora.

VASQUEZ, Adolfo. (1986). *Ética*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

VERGINIÈRES, Solange. (1998). *Ética e Política em Aristóteles: physis, Ethos, nomos*. São Paulo, ed. Paulos.